

# *Camus, o Africano*

## *Camus, the African*

### *Resumo*

Antes de abordar diretamente a questão da africanidade de Albert Camus, preciso de descrever o caminho que me levou até aí. Depois de ter ‘ensinado’ a obra e falado sobre o homem durante muito tempo nas minhas aulas de literatura, descobri em mim, através do contacto prolongado com o norte de África e da prática da escrita ficcional, a força e a fecundidade da sua influência. Essa influência é, sem dúvida, a da terra africana, do seu clima brutal, da violência das suas paisagens, de onde o escritor fez surgir o lirismo das suas mais belas páginas. Mas será este fascínio físico, tão vividamente representado na obra, a única fonte do sentimento de pertença à África? Há um enigma que devemos tentar resolver, um tabu que tem de ser quebrado. Na minha opinião, a africanidade reivindicada por Camus - essa sensação de liberdade, essa ausência de lei moral - não advém apenas da sua juventude de *pied-noir*, mas acima de tudo das suas leituras, especialmente da leitura de Rousseau e de Arthur Rimbaud.

**Palavras-Chave:** Africanidade, Testemunho ,Tabu, Enigma, Lei Moral

### *Abstract*

Before considering directly the question of the “African-ness” of Albert Camus, I must briefly describe the way which led my thoughts to it. Having, years along, taught the work and evoked the man in my lessons of literature, I lately realized, in a prolonged contact with North-Africa and in my own fictional writing, how deep and fertile his influence has been on my own personality. This influence comes, no doubt, from the African soil itself, from its harsh climate and violent landscapes. But such a physical fascination, so vividly represented in his work, is not the only origin of his feeling of African belonging. There is here an enigma to be accounted for, a taboo to be dispelled. My opinion is that the “African-ness” upheld by Camus – this sensation of freedom, this moral lawlessness – does not derive only from his youth as a “pied-noir”, but above all from the books he read, from J.J. Rousseau and Arthur Rimbaud in particular.

**Keywords:** African-ness, Testimony, Taboo, Enigma, Moral Law

É-me impossível começar a minha comunicação sobre Camus sem felicitar o departamento de Jornalismo e Comunicação pelo seu aniversário e agradecer do fundo do coração ter pensado em me convidar a tomar parte nesta bela (e oportuna) iniciativa.

Impossível não só no que toca à boa educação mas também por uma razão de ordem digamos mais causal do que lógica. Se se trata de uma jornada de reflexão sobre o jornalismo, a vocação e a missão do/da jornalista que explica que me disponha – vinda de propósito de Rabat – a evocar durante alguns instantes a figura de Albert Camus, neste dia 4 de novembro de 2013, sob os auspícios do vosso departamento, é mais sobre uma certa conceção da comunicação entre as consciências que quero construir a minha intervenção.

Não que possua a mínima autoridade na vossa especialidade (pois não basta ter publicado artigos num jornal para se ser jornalista) – mesmo se recordo com gosto ter, no final do século passado, lecionado neste departamento o seminário de Mestrado de “narratologia mediática”, o que me permitiu muito beneficiar do contacto com profissionais já experientes.

E também não porque o tema que vou tratar seja relativo à carreira jornalística de Albert Camus (o professor Mário Mesquita esgotará o assunto), ainda que esta seja uma faceta não circunstancial ou adventícia – mas antes substancial e constitutiva – da sua obra e do seu destino.

Se falei de uma razão de ordem causal ou lógica que me obriga a começar a minha breve conferência dirigindo uma saudação muito calorosa aos meus colegas do departamento de Jornalismo e aos meus colegas de mesa, é porque a amizade que manifestam para comigo é com efeito a verdadeira premissa do meu propósito. Camus colocava a confiança, a simpatia, a sinceridade na base de toda a comunicação. E, pela minha parte, não vejo (já não vejo) outro ponto de partida para qualquer tomada pública de palavra senão esta vontade de partilha e esta esperança de comunhão.

A (minha) recusa do intelectualismo discursivo conduz-me assim ao limiar do problema que quero agora abordar. Apenas abordar, pois que a sua complexidade me leva a pensar que não serei sequer capaz de convenientemente o enunciar. Ao propor como

título para a minha *causerie* Camus, *o Africano* deixo-me guiar por uma intuição mais do que por um saber e tenho absoluta consciência do risco que corro.

A questão é, com efeito, particularmente delicada e exigiria precauções oratórias – que não tenho tempo de tomar – ou considerações prévias sobre a geografia e a história, o passado e o presente, que não tenho competência para articular. Reconheço, no entanto, que me é mais fácil avançar neste terreno difícil perante vós, aqui em Coimbra do que em Orão ou em qualquer outra parte de África do Norte, tendo como destinatários colegas aos ouvidos de quem a palavra África não significa nada ou, pelo contrário, significa demais.

Perguntei há dias a um amigo marroquino, reitor de uma universidade, se se sentia “africano”. Nenhuma hesitação na resposta: Não, de forma nenhuma! Repeti a experiência com diversos interlocutores do Magrebe e a maioria reagiu de forma idêntica. Deixo-vos o cuidado de interpretar uma tal denegação, evidentemente sobredeterminada. É verdade que muitos portugueses, há 40 anos, teriam

*Não estava Camus,  
face à insuportável  
arrogância dos  
intelectuais  
parisienses (...)  
disposto já a  
aparentar-se a  
todos os “negros”,  
todas as cores  
confundidas,  
do planeta?*

manifestado a mesma veemência em se verem identificados como Europeus, mesmo independentemente do debate sobre a integração na CEE...

Que quis então Camus dizer alegando a sua africanidade numa carta, datada de janeiro de 1949, a Jean Grenier, seu antigo professor de faculdade em Argel (Grenier, 1981: 152)? Indicarei mais à frente o contexto que esclarece esta afirmação.

Mas antes tenho que precisar o lugar de onde eu própria falo quando falo de Camus, o que me permitirá justificar a abordagem que faço hoje da sua obra e que difere daquela que precedeu as minhas atuais viagens através do Magrebe e a frequentação assídua dos magrebinos.

Este lugar de onde vos vou falar de Camus não é já o da professora de literatura. Não só já não ensino, como deixei de me manter informada sobre o trabalho crítico que continua a fazer-se em torno dos seus textos e sem dúvida a renovar a sua compreensão. Não espereis pois da minha parte uma visão do “estado da arte” sobre a investigação camusiana. O meu último esforço nesse sentido data já de há 5 ou 6 anos e, se vou precisar em

que circunstâncias, é apenas porque delas me vem a sugestão da minha intervenção desta tarde.

No âmbito de um júri de doutoramento, fui levada a ler uma dissertação de literatura comparada, acompanhada de uma vasta bibliografia passiva, sobre a imagem do Árabe nos textos de Paul Bowles e de Albert Camus. Visivelmente influenciado pela doxa pós-colonial, o autor do trabalho fazia de Camus um racista sem o saber, absolutamente indiferente à cultura autóctone e virando as costas ao Islão, em suma, um *petit blanc*, generoso por certo mas obnubilado pela ideologia *pied-noir*. Inútil dizer-vos que uma tal apresentação começou por me escandalizar, mesmo se em geral sempre olhei com benevolência as teses que procuram contestar as ideias feitas. O candidato foi aliás admitido, tendo a minha oposição servido apenas para animar o debate. Voltarei ao nó da discussão e à minha própria evolução nesta matéria.

Permiti, para já, que precise a natureza e sobretudo a amplitude do meu atual afastamento dos estudos literários, pois que Camus não é estranho a esta mudança que se operou na

minha vida profissional tanto quanto no meu pensamento. Para começar, se aproveitei a primeira ocasião que a mim se ofereceu para ir viver no Norte de África – e não em qualquer outro lugar do mundo! – é, tenho hoje disso plena consciência, ao efeito de inutrição exercido por certas páginas líricas de *Noces*, de *L'Été* ou de *L'Envers et L'Endroit* que o devo: estes textos magníficos de um Camus *solar* haviam estruturado a minha percepção do Magrebe antes mesmo de ter desembarcado pela primeira vez em Tânger, há já cerca de 30 anos. Parodiando a linguagem de Kant, posso considerar que as imagens de Camus constituíram as “formas *a priori*” da minha sensibilidade norte-africana...

Num plano mais prático, não irei ao ponto de dizer que foi o espírito de Camus que me conduziu a trabalhar na Agência Universitária da Francofonia. É no entanto como diretora do Bureau Maghreb da AUF que me desloco muito regularmente, uma vez por mês, à Argélia, e que me é dado visitar Orão, a cidade de *La Peste*, Constantina, lugar onde nasceu, Argel, claro, a cidade de *L'Étranger*, Tipaza e tantos lugares onde a sua memória não morreu.

Tipaza, a (belíssima) localidade celebrada em *Noces*, foi-me mostrada por um colega argelino que, conhecendo o meu culto de Camus, teve a gentileza de me guiar por esses lugares tornados míticos.

Talvez vos espante que tenha utilizado a expressão “afastamento dos estudos literários” quando, ao invés, tenho o sentimento de regressar às fontes da literatura deixando-me penetrar pelas minhas impressões de viagem na Argélia. Mas há dois usos distintos, e talvez incompatíveis, da literatura e da arte em geral. Há a literatura vivida, seja ela por nós escrita ou lida, e a literatura analisada de que fazemos, enquanto críticos e professores, o argumento de um discurso. É verdade que neste preciso momento, gostaria de apenas vos comunicar, sob um modo “histórico” (darei antes “afetivo” para vos tranquilizar) a minha experiência pessoal dos livros de Camus mas, devendo conformar-me mais ou menos ao código semiótico de uma conferencista, sinto-me obrigada a racionalizar um pouco o modesto testemunho subjetivo que vos quero deixar...

Far-vos-ei, no entanto, ainda uma última confidência para que

compreendeis a minha incapacidade em falar de Camus sob um modo que não seja íntimo. As poucas horas livres a que a minha atividade me autoriza, consagro-as ou a uma deambulação pelas ruas da Medina e do *souk* de Rabat ou à escrita. Deixei então, nestes últimos meses, que uma espécie de narrativa se fizesse em mim, sem plano preconcebido, sem busca de efeitos, em suma, como sob hipnose. Agora que releio esse texto, com o “olhar inimigo” que Mallarmé preconizava, não posso deixar de nele encontrar o rasto de antigas leituras que continuam a obcecar-me, e mais precisamente a novela que abre a coletânea *L'Exil et le Royaume*, último livro publicado por Camus. Uma questão em particular colocada nesta narrativa, escrita em estilo indireto livre, parece assombrar as minhas próprias páginas: Janine, *la femme adultère*, ao chegar ao limiar do deserto, interroga-se da seguinte forma: “Qu'y avait-il donc à voir ici? Elle ne pouvait détacher ses regards de l'horizon. Là-bas, plus au sud encore, à cet endroit où le ciel et la terre se rejoignaient dans une ligne pure, là-bas, lui semblait-il soudain, quelque chose l'attendait qu'elle avait

ignoré jusqu'à ce jour et qui pourtant n'avait cessé de lui manquer" (Camus, 1992 : 27). Acontece que as minhas personagens (marroquinas e portuguesas) são elas também mulheres empurradas pelo desejo de uma completude que a vida lhes recusara até então.

Não irei mais longe no segredo da minha tentativa de criação, segredo que vos confesso mais a título de caso telepático ou de exemplo individual daquilo que Jauss teorizou sob o nome pomposo de "estética da receção". E o nome de Jauss permite-me regressar a um registo mais universitário.

Não apenas Camus foi, desde a minha adolescência, uma espécie de *maître à sentir* – e sem dúvida também *maître à penser* (sinto-me muito menos próxima de André Malraux e de Jules Supervielle a quem consagrei as minhas duas teses de doutoramento), como também a ele dediquei muitas das minhas aulas. Títulos como *L'Etranger*, *La Peste*, *L'Exil et le Royaume* preencheram os meus sumários e, ano após ano, com a ajuda dos meus estudantes, aprendi a lê-los melhor. Os tratados *Le Mythe de Sisyphe* ou *L'Homme Révolté*, assim

como o teatro, *Caligula*, *Le Malentendu*, *l'Etat de Siège* e *Les Justes* apresentavam, no plano pedagógico, um diferente grau de interesse, embora figurassem sempre, a par das suas narrativas, como leituras complementares a que vivamente encorajava os meus alunos (falo de uma época antediluviana!), persuadida de que Camus não se explica senão por Camus.

Em 1994, teve lugar um acontecimento que me obrigou, e muitos outros comigo, a matizar a imagem do escritor. O aparecimento de *Le Premier Homme*. Sabeis sem dúvida que Catherine Camus hesitou longamente antes de se resolver a publicar o manuscrito descoberto no automóvel em que o seu pai encontrou a morte a 4 de janeiro de 1960.

Mais do que qualquer outra, esta obra inacabada, este romance autobiográfico, que muito se assemelha a uma auto-análise, vem pôr a nu as raízes do mal, não direi do complexo, camusiano. Ora esse mal não é senão a relação ambígua, filial mas sem dúvida incestuosa, em todo o caso apaixonada com África. É num outro sentido da expressão, o *mal du pays*, uma melancolia que a vontade

de lucidez não consegue vencer, evidentemente ligado ao sentimento de uma falta menos moral do que ontológica, e cito:

*"L'angoisse en Afrique quand le soir rapide descend sur la mer ou sur les hauts plateaux ou sur les montagnes tourmentées. C'est l'angoisse du sacré, l'effroi devant l'éternité. La même qui, à Delphes, où le soir, produisant le même effet, a fait surgir des temples. Mais sur la terre d'Afrique les temples sont détruits, et il ne reste que ce poids immense sur le cœur"* (Camus, 1994 : 318).

Ao compor *Le Premier Homme*, Camus quis escrever novas *Confessions*, não as de um pagão convertido mas as de um apostato (como o Renegado de *L'Exil et du Royaume*). Faço aqui alusão ao livro de Santo Agostinho, bispo berbere de Hippone, hoje Annaba, cidade situada em território argelino, a alguns quilómetros da Tunísia e a quem Camus, estudante de filosofia, havia dedicado a sua dissertação de mestrado. Em todo o caso, quis " raconter l'histoire d'un

monstre ” (Camus, 1994: 300), monstro no sentido de criatura dupla ou compósita, que não encontra (o seu) lugar no meio dos homens.

Acabo de evocar Santo Agostinho. Poderia, na outra extremidade ocidental do pequeno Magrebe (o grande inclui a Líbia e a Mauritânia), fazer uma aproximação, em nada fantasista, com o Humphrey Bogart do filme *Casablanca*, que, na sua indiferença primeira, não deixa de se assemelhar psicologicamente ao Meursault de *L’Etranger* e, naturalmente, num plano absolutamente físico, ao próprio escritor...

Mas é tempo de formular, já quase só em jeito de conclusão, o problema da africanidade de Albert Camus.

Nós portugueses estamos em melhor situação para entender o problema do que muitos outros ocidentais, mas talvez também em melhor posição para nos enganarmos. Tivemos, como os franceses, os nossos retornados, e hoje ainda, depois de quase quatro décadas, é fácil adivinhar, nem sei por que sinais, quem de entre nós é originário das nossas antigas colónias. Existe mesmo uma palavra para os

nossos compatriotas regressados de Angola, da Guiné, de Moçambique : “africanistas”, não que sejam especialistas de línguas e culturas africanas mas porque tiveram e têm ainda “interesses” em África, interesses que se tornaram apenas afetivos, depois de terem sido materiais até à perda destes territórios. Mas quantos destes “africanistas” se diriam “africanos”? Acontece-me, de tempos a tempos, ouvir o programa *Começar de novo*, editado pela *Antena 1*, onde “refugiado” rememoram a sua juventude em África e o drama do regresso à metrópole. Para eles, África permanece um tema doloroso. Não creio que uma tal emissão fosse possível em França, pelo menos no que toca à comunidade *pied-noir*. É ainda um tema quase tabu cuja complexidade nos faz medir a diferença entre as nossas perceções, do lado francês e do lado português, de uma problemática em aparência idêntica.

Que avaliação teria Camus feito ao celebrar este aniversário? Afirmar-se-ia “africano” como o fez em janeiro de 1949? Teria, em 1962, optado pela nacionalidade argelina? Um Mia Couto é quase inconcebível no contexto

francês. Por isso, a prudência incitamos a desconfiar das pseudo-analogias e a praticar em história um nominalismo rigoroso. Há tantos pós-colonialismos quantas as antigas colónias. E sem dúvida em termos puramente psicológicos, tantas colónias quantas cabeças de colonos, tal como para Mia Couto “todo o homem é uma raça”.

*Le Premier Homme* é uma reflexão, em forma romanceada, sobre o conflito interior de um *pied noir* tanto quanto sobre a guerra da Argélia para a qual o General de Gaulle procura encontrar uma solução política no momento em que Camus redigia o seu texto. Não é pois surpreendente que encontremos neste livro e sobretudo no seu prefácio ecos da obra jornalística reunidos em *Actuelles*. Não estamos já a lidar com o Camus humanista coroado pelo Prémio Nobel, mas sim com um homem dilacerado em busca da sua humanidade. Daí decorre que a questão da identidade africana domine sem nunca contudo ser diretamente enunciada. Cabe-nos a nós torná-la explícita, e há apenas três ordens – ou níveis – de razões a distinguir. Contentar-me-ei, pois que devo concluir, em apontá-las sem as desenvolver.

Primeiro nível: bastará ter nascido em África e nela ter passado a sua juventude para nos podermos dizer “africanos” como fazia Camus? Jacques Cormery, o herói de *Le Premier Homme*, nasceu numa noite de outono de 1913, em Mondovi, distrito de Bône, é francês pelo pai originário da Bretanha e de ascendência ibérica pela mãe. Mas se cada um de nós é antes de mais filho da sua infância, Cormery-Camus é argelino por todas as suas impressões de juventude. Argelino de Argel mais do que da Argélia, pois que nenhum *pied-noir* ou “Francês da Argélia” teria imaginado, mesmo enraizado desde há três gerações, dizer-se Africano, exceto Camus cuja narrativa retraça as memórias de um pequeno colono proletário do bairro Belcourt de Argel. Nem pela língua, nem pela religião, nem pela etnia (digamos a “raça”), o jovem Camus se aparenta aos rapazes argelinos com os quais, aliás, quase não tem relações. Como em *L'Etranger* e *La Peste*, os autóctones são mais figurantes do que atores. Esta distância perante eles dá razão, em certa medida, ao doutorando a que há pouco me referia. Mas, como já disse, mesmo os

Argelinos de gema têm dificuldade em se designar como africanos (e talvez que o preconceito racial não seja estranho a este sentimento).

Num segundo nível de sentido, Camus seria africano como esses pintores que, na esteira de Delacroix, desenharam paisagens e populações da África do Norte. Quem terá dúvidas de que Camus não seja inseparável da terra que lhe inspirou os acentos mais líricos da literatura francesa do seu tempo? Mas, na sua paixão pela felicidade, não será Camus mais mediterrânico do que africano? Se tivesse passado a sua juventude nas costas do Algarve (como Manuel Teixeira Gomes), as condições de formação da sua sensibilidade estética teriam provavelmente sido as mesmas (com a diferença de alguns graus de temperatura de água...) e teria também podido escrever linhas como estas extraídas de *Noces*: “Que d’heures passées à écraser les absinthes, à caresser les ruines, à tenter d’accorder ma respiration aux soupirs tumultueux du monde ! Enfoncé parmi les odeurs sauvages et les concerts d’insectes somnolents, j’ouvre les yeux et mon cœur à la grandeur insoutenable de

ce ciel gorgé de chaleur. Ce n’est pas si facile de devenir ce qu’on est, de retrouver sa mesure profonde. Mais à regarder l’échine du Chenoua [massif surplombant Tipasa], mon cœur se calmait d’une étrange certitude. J’apprenais à respirer, je m’intégrais et je m’accomplissais”.

Esta relação erótica (que já o título *Noces* sugere) com o meio, e largamente antecipada por André Gide (também ele fascinado pela Argélia na sua busca desesperada e frenética do deserto), nada tem de especificamente africano.

E forçoso é que avance para um terceiro nível.

Mas, ao dar este último passo, entramos no domínio de todas as “amalgamas” e de todas as confusões. Quantos avatares, com efeito, não conheceu a noção de africanidade desde a publicação (em 1933) de *l’Histoire de la Civilisation Africaine* de Léo Frobenius ! E o conceito de *negritude* veio agravar definitivamente o equívoco, pois que o poeta da Martinica Aimé Césaire, amigo de Senghor e nascido como Camus em 1913 (mas, contrariamente a Camus, falecido quase centenário) recusava-se

a reduzi-lo à cor da pele. Não estava Camus, face à insuportável arrogância dos intelectuais parisienses (de Sartre e de Francis Jeanson em particular), disposto já a aparentar-se a todos os “negros”, todas as cores confundidas, do planeta? Mas na época em que se declarava africano, Camus não tinha ainda razão para se queixar dos insultos dos seus antigos camarades de “*Combat*”...

Tendo esgotado o meu tempo de palavra, não posso senão levantar ligeiramente o véu sobre a explicação dada pelo próprio Camus na carta a Jean Grenier. Explicação que exigiria infinitos comentários. Eis a passagem: “J’ai essayé (et j’y ai eu bien du mérite, étant africain) *d’être un homme de morale. Il le fallait sans doute. Mais finalement, cela détruit beaucoup de choses, en soi et autour de soi* (Camus, 1981: 152)”.

É assim ao “negro” de Arthur Rimbaud e, mais atrás ainda, ao mito do bom selvagem de Jean-Jacques, que seria necessário regressar para dar conta da africanidade de Albert Camus. Voltar a uma natureza livre, não submetida ainda à lei moral. Regresso

perigoso, incorreto antropológicamente tanto quanto politicamente.

Perdoar-me-eis que não pronuncie mais nenhuma palavra, senão para agradecer a vossa amável atenção.

### **Bibliografia**

- GRENIER, J. (1981). *Correspondance Albert Camus*. Paris: Gallimard.
- CAMUS, A. (1992). *L’Exil et le Royaume*. Folio : Gallimard.
- CAMUS, A. (1994). *Le Premier Homme* Paris : France Loisir.